



**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí**

**ATA Nº78– 24 de Julho de 2015**

|                       |  |                            |              |
|-----------------------|--|----------------------------|--------------|
| <b>Local:</b>         | Instituto Federal Farroupilha – São Vicente do Sul | <b>Horário :</b>           | 13h30 as 17h |
| <b>Diretoria</b>      |  |                            |              |
| Presidente: Ivo Mello | Vice-Presidente: Ernani Rossi                      | Sec.Executiva: Mariza Beck |              |
|                       |  |                            |              |

**PAUTA**

1. Abertura, apresentação da plenária, aprovação da Ata e informes gerais (Encaminhamentos reuniões FGCB, CRH e CTU, CONAPA e audiência publica pescadores)
2. Agência de Bacia local – informações
3. Força tarefa DRH\CBH Ibicuí – resultados e futuras ações
4. Instalação da rede hidrometeorológica na área da bacia do Ibicuí.
5. Proposta para planejamento da FASE C do Plano de Bacia
6. Assuntos Gerais: Calendário atividades, outros

**Abertura:** O presidente Ivo Mello saudou a todos, em especial ao professor do IFF SVS, João Flávio, pela acolhida, agradecendo a presença. João Flávio confirmou a parceria da entidade junto ao CBH Ibicui, lembrando que na escassez ou na abundância sempre é preciso refletir sobre a água. Também manifestou-se o presidente do Sindicato Rural de SVS, Roberto Leitão, preocupado com o futuro dos municípios da região onde o saneamento básico não está sequer em planejamento o que certamente interferirá sobre a atual qualidade da água ainda satisfatória. Vaticina que esta região poderia tornar-se uma referência para os aposentados que buscam qualidade de vida, mas que é preciso promover esta condição. Comentou sobre uma pesquisa encomendada pelo Sindicato Rural sobre êxodo rural e que está a disposição na sede da entidade. A plenária fez as apresentações individuais e aprovou a Ata nº78.

Em informes gerais o presidente passou a palavra para a secretária executiva, Mariza Beck, que na condição de secretária executiva do Fórum Gaúcho de Comitês de Bacias, falou sobre as ultimas reuniões acontecidas. Disse que ainda estão em volta com os regramentos para os convênios, planos de trabalho e prestação de contas dos comitês de bacias, sempre um grande problema para os colegiados que perdem muito da sua energia para atender os desmandos da CAGE, SEMA\DIFIN, hoje não só fiscalizando contas, mas também interferindo na organização de trabalho e operação dos comitês de bacias. Haverá uma reunião com estes órgãos para mais uma tentativa de ajuste nos procedimentos. Comentou ainda sobre a nova Lei 13.009\2015 que regulamentará as relações entre entes públicos e privados, retirando a figura de convênios, substituindo-os por Termos de Cooperação, o que possibilitará um pouco mais de autonomia aos comitês. Sobre as agências de bacias, a secretária falou da visita técnica às estruturas do PCJ – Consórcio Piracicaba, Capivari, Jundiaí, em São Paulo e, ao INEA e Consorcio dos Lagos, no Rio de Janeiro, realizadas em comitiva com os demais coordenadores do FGCB e equipe executiva francesa, patrocinadora da viagem, cujo objetivo foi o de conhecer algumas personalidades jurídicas possíveis de atenderem a possibilidade de serem agências delegatárias. No momento, está em análise, um Projeto de Cooperação França\RS para auxílio a decisão de implantação às agencias de bacias – Visitas técnicas e oficinas de capacitação com recursos previstos de R\$500 mil do FRH e 300 mil euros, da França. Reunião da Câmara Técnica do Uruguai do Conselho de Recursos Hídricos, ocorrida no dia 17 de julho, em Santa Rosa, tratou-se sobre a PL 117 – que permite a concessão de outorga pela FEPAM. Mariza lembrou que os critérios de outorga são definidos pelo Comitê de Bacia. A base técnica é dada pelo DRH. A Fepam só emitirá a portaria após consulta ao sistema de apoio à decisão que deverá ser implantado para o estado até o final de agosto do corrente ano. A outorga é analisada por bacia e não por município, o que impede que esses possam emití-la. Ao estar disponível, em funcionamento, o sistema demandará dos comitês de bacias as decisões a



**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí**

serem tomadas como, por exemplo: Qual o prazo de validade de cada outorga? Qual o % da vazão do rio que pode ter outorga automática; quais os critérios de concessão para outorga em microbacias críticas em disponibilidade de água? Os membros dos comitês devem preparar-se para esta tarefa. Para isto, na reunião da CTU decidiu-se encaminhar, via FGCB, solicitação de oficinas de capacitações de nivelamento de conhecimento para 2016. Mas entende-se que cada comitê já pode iniciar a discussão dos critérios para concessão de outorga de forma setorial, como a eficiência no uso da água no processo produtivo, por exemplo. Sobre o Comitê Federal do Uruguai, segundo o diretor do DRH, Fernando Meirelles, coordenador da CTU, o Pacto de Adesão do estado já está na Casa Civil, consolidando o ato administrativo, faltando então, o ato político, que começa pelo movimento da própria CTU. Também foram definidas as vagas dos comitês de bacias da Região do Uruguai nas Câmaras Técnicas do CRH além do próprio conselho como segue:

CRH: Vaga 1 T: CBH Turvo Sta Rosa Sto Cristo e S: CBH Santa Maria  
Vaga 2 T: CBH Passo Fundo e S: CBH Ijuí

CT Institucional e Jurídica: Vaga 1 T: CBH Turvo Sta Rosa Sto Cristo e , S: CBH Passo Fundo e  
Vaga 2 T: CBH Santa Maria e S: CBH Quaraí

CTPA (Orçamento FRH): Vaga 1 T: CBH Passo Fundo e S: CBH Santa Maria  
Vaga 2 T: CBH Ijuí e S: CBH Turvo Sta Rosa Sto Cristo

CT Aguas Subterrâneas: Vaga 1 T: CBH Ijuí e S: **CBH Ibicuí**  
Vaga 2 T: CBH Turvo Sta Rosa Sto Cristo e S: CBH Apuaê Inhandava Audiência

Próximo informe é sobre a Audiência Pública dos Pescadores em Itaqui e reunião da CTU: Ivo Mello falou sobre a audiência ocorrida em Itaqui, no mês de junho, onde os pescadores buscavam o comprometimento das autoridades para achar solução ao problema social e econômico causado ao setor pela proibição da pesca do dourado. Insistem em afirmar que não há base científica que confirme o perigo de extinção da espécie. A Secretária do Meio Ambiente de Itaqui, Ilca Figueredo, uma das líderes dos pescadores da região, mostrou um parecer sobre a proibição da pesca enviado à secretaria onde não constava a origem do mesmo nem assinatura do responsável. Segundo ela, uma parcela da população é prejudicada por uma determinação sem que lhe seja dadas alternativas para o exercício de outra atividade. Concorda que há uma boa parcela dos que se denominam pescadores que ludibriam a fiscalização e que só estão cadastrados para receberem o seguro defeso e que isto deveria ser investigado. Ivo disse que levou este assunto para a reunião da CTU em Santa Rosa e que foi dado o seguinte encaminhamento: Enviar ao CRH pedido de estudos sobre a população do Dourado e do Surubin no Rio Uruguai, com monitoramento de no mínimo três anos para obtenção das primeiras estatísticas, financiados pelo FRH com o orçamento deste ano ainda. Enquanto isso, sugere que seja organizado, com urgência, um seminário para traçar uma política de manejo para estas espécies, com a participação da Unipampa (Uruguiana), a URI e a Unijuí.

Condicionantes para instalação eólicas na APA do Ibirapuitã – CONAPA – 23.07 - Quaraí- Ivo Mello participou da reunião onde o assunto foi a passagem das linhas de transmissão dos aerogeradores pela área da APA, sob as nascentes do Ibirapuitã, linhas que se estenderiam até o município de Santa Maria. A dúvida seria se as linhas deveriam ser instaladas em rede paralela a já existente ou sob outro eixo de alinhamento. Ivo aproveitou e mostrou fotos batidas na linha de divisa entre o Brasil e o Uruguai, junto a nascentes, lugar abandonado entre depósitos de lixo, áreas de erosão e degradação ambiental e sugeriu que o CBH Ibicuí encaminhasse ao CONAPA, proposta de compensação para a empresa de geração eólica para que esta promovesse a recuperação desta área.



**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí**

**2. Agências de Bacias** – já comentada durante os informes gerais, algumas considerações para conhecimento e reflexão foram reforçadas neste item da pauta como:

A PL 109 que altera a redação Lei 10.350/94, permiti a instalação de agencias de bacias sem a obrigatoriedade de ser uma por região hidrográfica. A Câmara Técnica da Região Hidrográfica do Uruguai no Conselho de Recursos Hídricos solicitou incluir, no art. 19 da 10.350/94 que trata das competências dos comitês de bacias, a atribuição destes de escolher e aprovar a agência que atuará no âmbito das suas bacias hidrográficas. Associação de Usuários \ Fundação Privada - OSCIP\ - parecem ser os melhores modelos . A entidade firma contrato de gestão – estrutura enxuta – plano de aplicação – determina o valor da cobrança – faz o rateio – encaminha os boletos – (estado arrecada) - abre edital para financiamento de projetos - repasse para a agência. 8% da cobrança mantem a estrutura da agencia e secretaria executiva do comitê. As delegatárias serão organizações civis, escolhidas pelos Comitês, que terão como função executar (a) o apoio gerencial ao Comitê e (b) os projetos e ações constantes nos Planos de Bacia. Cada Comitê pode escolher, se assim quiser, uma delegatária. Ou dois Comitês podem ter a mesma delegatária. Ou três. Se não quiserem, não tenham, a adesão à proposta é livre. A seleção da delegatária é de responsabilidade estrita do Comitê, desde que o estatuto dessa organização civil permita. Cada ação ou projeto proposto no Plano será contratado pela delegatária, seguindo os ditames dos recursos públicos de impessoalidade, publicidade, eficiência, etc, mas com a agilidade de um ente privado. Para cada ação que o Comitê decidir executar, o Governo deve repassar os recursos necessários. Enquanto não houver cobrança, os recursos terão que ser solicitados ao Fundo. Quando houver cobrança, virão desta, mantendo-se a cobrança em si como uma atribuição do Governo, pois assim é a Lei. As despesas operacionais das secretarias executivas deverão compor um projeto específico, mas parte das funções, como a prestação de contas, será realizada pela delegatária, obrigatoriamente. Assim, as delegatárias substituirão as entidades convenientes atuais, se assim os comitês decidirem.

**3 GT Outorgas** – Os resultados das ação denominada Força Tarefa entre o CBH Ibicui e o DRH resultaram em sucesso aprovado por todos os envolvidos, embora ainda haja demandas reprimidas no departamento. Participaram da ação as consultorias e usuários tais como: Agroplan, Agromais, Agrotop, Vetagro, Seagros, Ivan Guterres, F Maronna, CAAL, Build, entre outros da região, atendidos por três engenheiros agrônomos e um geólogo da Divisão de Outorga em 2 dias de trabalho, durante a Semana Arrozeira de Alegrete. Foram enviados 141 processos, 57 deferidos, sendo 2 para água subterrânea. Destes, 84 ainda estão em análise de documentos. Outros comitês de bacias já agendaram a mesma ação, ente eles o Butuí ICamaquã, o Mirim São Gonçalo e o Santa Maria.

**4- Estações Hidrometeorológicas** - como uma das iniciativas para a elaboração da Fase C do plano de bacia do Ibicuí, serão instaladas ou modernizadas, onze estações hidrométricas no âmbito da área da bacia, parte de um projeto entre o RS e Salto Grande (Argentina). Os recursos para a instalação serão custeados pelo Fundo de Recursos Hídricos do RS através de um aditivo junto aos recursos do convênio Fundação Maronna\CBH Ibicui (nova determinação do DRH\SEMA). Os locais indicados pelo projeto poderão sofrer alteração, haja vista que a área escolhida deve ser segura, mas de fácil acesso para a manutenção do equipamento. Para a instalação no Passo dos Britos, na área da APA do Ibirapuitã, já temos a manifestação da Estância Sá Brito em abriga-la na propriedade. O IFF SVS, também se interessou em receber a estação prevista para Azevedo Sodré, no Cacequi. Na foz do Ibicuí, ha problemas com o remanso do Uruguai, por isso houve uma sugestão de leva-la para o Passo do Silvestre. Estamos buscando outros parceiros que aceitem a incumbência de serem guardiões destas estações por isso, será solicitado que os interessados encaminhem sua manifestação ao CBH Ibicui, já indicando a localização que considere adequada o mais próximo possível da recomendada pelo projeto. A indicação do local será validada por



**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí**

um técnico, posteriormente. No link a seguir é possível captar os mapas com as coordenadas estabelecidas pelo projeto, a lista de estações e o manual de instalação para o seu conhecimento. <https://onedrive.live.com/redir?resid=48A39FDED4F435CE!3357&authkey=!APLlcfkHLIXz18&ithint=folder%2cjpeg>

5. Assuntos Gerais - Através da Secretaria Executiva do CRH\SEMA, foi devolvido ao CBH Ibicuí uma Moção enviada pela Câmara de Vereadores de Itaqui sobre a dispensa de outorga para fins de financiamento e licenciamento ambiental. Nela consta um pedido para que a SEMA revise as exceções referentes às barragens conforme consta no Art 2º da Resolução 168\15. A justificativa do pedido é assim expressa: *“Devido a proximidade da liberação de recursos para a safra 2015/2016, fomos procurados por produtores e técnicos de nosso município ressaltando a necessidade da revisão deste artigo. Segundo informações a grande maioria dos licenciamentos com problemas junto a Fepam são de produtores que se enquadram nesta faixa haja visto que em nosso município 95% das barragens existentes possuem taipas superiores a 4 metros e acumulação superior a 500.000m<sup>3</sup>(quinhentos mil metros cúbicos). A não liberação destes itens impedirá a liberação de financiamentos junto as instituições bancárias, outro sim informamos que dentre estes 95% possuem tramitação junto ao DRH. ...”*. Após algumas considerações da plenária, o CBH Ibicuí registra que nenhum processo de outorga pendente de Itaqui foi recebido para análise durante a força tarefa realizada na Semana Arrozeira e que, referindo-se à gestão da água nas bacias hidrográficas do RS, qualquer demanda por parte dos usuários da água deve, primeiro, ser levada ao comitê de bacia da sua região para apreciação da plenária do comitê pertinente, conseqüente deliberação e encaminhamento. Também foi decidido que a secretaria executiva buscará junto ao DRH, resposta para a solicitação dos produtores e consultorias feita através da Câmara de Itaqui.

Nada mais havendo a tratar, assinam esta ata a secretária executiva, redatora desta e o presidente do Comitê Ibicuí.

Alegrete, 24 de Julho de 2015.

Secretária Executiva

Presidente